



***BRUXAS, PERIGOSAS E DESORDEIRAS – A MULHER E A  
CULPA NA INQUISIÇÃO***

***BRUJAS, PELIGROSAS Y REVOLTOSAS - MUJER Y CULPA EN LA  
INQUISICIÓN***

***WITCHES, DANGEROUS AND DISORDERLY – WOMEN AND GUILT IN  
THE INQUISITION***

*Ailton Dias de Melo*<sup>1</sup>

*Paula Regina Costa Ribeiro*<sup>2</sup>

**RESUMO**

Neste artigo o objetivo é discutir a relação mulher-culpa a partir de fragmentos de textos relacionados à caça às bruxas durante a Inquisição. Como metodologia buscamos desenvolver um exercício de problematização de inspiração foucaultiana e chegamos a uma teia imbricada de relações de múltiplas técnicas de saber e poder que envolve as mulheres, o feminino, a sexualidade e os atos sexuais. Uma teia marcada por subversões e pecados expressos em forma de culpa e punições. Constatamos que as mulheres foram por muito tempo, vistas como um empecilho na efetivação de grandes projetos como o capitalismo, o adestramento dos corpos para a produção em série e a manutenção do patriarcado religioso, político e científico. Diante dos confrontos e análises feitas com ironia, perguntas e críticas pudemos perceber o quanto os “ecos” do período histórico pesquisado, reverberam entre nós ainda hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminino. Poder. Inquisição.

**RESUMEN**

En este artículo, el objetivo es discutir la relación mujer-culpa basada en fragmentos de textos relacionados con la caza de brujas durante la Inquisición. Como metodología, buscamos desarrollar un ejercicio de problematización inspirado en Foucault y llegamos

<sup>1</sup> Mestre em Educação UFLA. Doutorando, PPGEC – FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Biológicas UFRGS. Professora Titular – FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

a uma web imbricada com relações de múltiplas técnicas de conhecimento y poder que involucra a las mujeres, lo femenino, la sexualidad y los actos sexuales. Una red marcada por subversiones y pecados expresados en forma de culpa y castigo. Descubrimos que las mujeres fueron durante mucho tiempo vistas como un obstáculo para la realización de grandes proyectos como el capitalismo, la formación de cuerpos para la producción en masa y el mantenimiento del patriarcado religioso, político y científico. Frente a los enfrentamientos y análisis realizados con ironía, preguntas y críticas, pudimos ver cuánto resuenan entre nosotros los "ecos" del período histórico investigado.

**PALABRAS-CLAVE:** Mujer. Poder. Inquisición.

### **ABSTRACT**

In this article the objective is to discuss the woman-guilt relation based on texts fragments related to witch hunt during the Inquisition. As a methodology we seek to develop a problematizing exercise inspired by Foucault and we come to a web imbricated with relations of multiple techniques of knowledge and power that involves women, the feminine, sexuality and sexual acts. A web marked by subversions and sins expressed in the guilt form and punishment. We found that women were for a long time, seen as an obstacle to the realization of major projects such as capitalism, the training of bodies for mass production and the maintenance of religious, political and scientific patriarchy. Faced with the confrontations and analyzes made with irony, questions and criticisms, we could see how much the “echoes” of the researched historical period, reverberate among us even today.

**KEYWORDS:** Feminine. Power. Inquisition.

\*\*\*

### **Retorno a um passado presente: uma “caça” que persiste**

Este artigo é o resultado de uma série de problematizações realizadas a partir de alguns escritos e acontecimentos relacionados a “caça às bruxas”. A partir de fragmentos de textos do livro *O Martelo das Feiticeiras* buscamos estranhamentos com a intenção de questionar os “lugares” do feminino e da mulher, tendo por base a relação mulher-culpa ampliando as discussões sobre essa associação na construção da história ocidental<sup>3</sup>.

A justificativa de escolhas e propósitos deste artigo só podem ser compreendidas em uma perspectiva bem mais ampla daquilo que um recorte histórico temporal possibilita. Partimos de inquietações do cotidiano, das rodas de conversas, das relações de trabalho, da violência das ruas e da doméstica que têm índices alarmantes em nosso

<sup>3</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo geral provocar discussões, ampliar e compreender a formação e a sustentação de ditos e não ditos, escritos, sussurros e gritos que hoje e ontem, no fazer e recontar a história no ocidente associam mulher e culpa destinando a elas diferentes lugares sociais, direitos, modos de ser e estar no mundo em relação aos homens.

país. O Atlas da violência 2019 (CERQUEIRA *et al.*, 2019), ao revelar os dados sobre a violência contra a mulher, não apenas indica que houve um crescimento do feminicídio<sup>4</sup> no Brasil nos últimos anos, como também nos mostra que múltiplas forças de desigualdades de ordem racial, econômica e social se sobrepõem sobre as mulheres.

Outra questão importante a ser considerada é que segundo os dados do Atlas, a maioria dos processos violentos, incluindo os que resultam em morte, ocorrem dentro de residências e estão vinculados a pessoas próximas ou conhecidas das vítimas. Além da violência institucionalizada, banalizada e integrada ao nosso cotidiano ainda existe, no Brasil, uma grande incongruência na percepção da responsabilidade diante das práticas violentas. Por exemplo, um em cada três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher. Essa informação foi divulgada depois da realização de uma pesquisa feita pelo Datafolha<sup>5</sup> encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgada em site de notícias como o G1, em setembro de 2016<sup>6</sup>. Diante de um cenário extremamente violento em que o Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde, é o quinto país com maior número de feminicídio no mundo, ainda vemos reverberar que a culpa é da vítima, a culpa é da mulher.

Neste texto nos ocupamos de perscrutar e questionar as condições que favoreceram e favorecem essas situações de extrema violência contra a mulher. Nosso questionamento foi direcionado para um período de mudanças paradigmáticas que marcaram a história ocidental, a Inquisição. Que foi a prática de averiguação metódica e rigorosa feita por um tribunal eclesiástico instituído pela Igreja Católica a partir do século XIII. Os membros do tribunal tinham o santo ofício de investigar e julgar sumariamente hereges acusado/as de crimes contra a fé católica.

Vamos a um exemplo recente. No dia 20 de agosto de 2020 o *Made For Minds*, noticiou o espancamento e a morte de Akua Denteh de 90 anos, em Gana, expondo a prática ainda persistente de perseguição de mulheres acusadas de bruxaria na África. Na matéria, que lembra que este não é um problema isolado e exclusivo da África, existe

---

<sup>4</sup> Feminicídio é um termo que caracteriza um crime de ódio baseado no gênero. Tipifica por exemplo o assassinato de mulheres em contexto de violência doméstica ou em aversão ao gênero da vítima. O termo ganhou destaque no Brasil a partir de 2015, quando foi aprovada a Lei Federal 13.104/15 que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio e, no mesmo norte, foi inserido no rol de crimes hediondos.

<sup>5</sup> O Datafolha é um instituto de pesquisa pertencente ao Grupo Folha.

<sup>6</sup> <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>

uma alusão à declaração do “Dia Mundial contra a Caças às Bruxas”<sup>7</sup>. Ser considerada bruxa é um crime passível de morte na África? Sim, e estamos no século 21! Será que apenas lá?

Em setembro de 2019 a filósofa e historiadora ítalo-americana Silvia Federici esteve no Brasil e em uma entrevista à “*Quatro cinco um*”<sup>8</sup>, afirmou que segundo seu ponto de vista, estamos testemunhando um novo período de caça às bruxas ao longo dos últimos vinte anos. Federici se mostrou preocupada com a reação hostil à luta das mulheres, e lembrou que em 2017 a presença de Judith Butler no Brasil provocou protestos em que manifestantes empunhavam cartazes com os dizeres: “Queimem a bruxa!”.

Qual a relação mulher, violência e bruxaria? Essa é uma questão retórica que nos leva a muitas outras. Para quem sussurramos baixinho ou exclamamos: bruxa! Que tipo de sentimento é expresso quando assim exclamamos? Que sentença é deferida? Como é hoje retratada no imaginário popular uma bruxa? Abjetas, execradas, afastadas da sociedade e punidas com tortura e morte... evocar o termo “bruxa” foi e ainda é usado como ofensa, um xingamento, uma palavra que serve para diminuir mulheres. É possível desautorizar e desqualificar um feito ou a aparência de uma mulher com o termo. Nariz de bruxa, cabelo de bruxa, risada de bruxa... isso porque a imagem geralmente atribuída às bruxas ao longo da história foi a de uma mulher em descompasso com o mundo, que sempre escondida se tornou antiquada. Com nariz grande, marcado com verrugas e encarquilhada, exímia e contumaz manipuladora de magia e dotada de uma gargalhada terrível, e sempre *persona non grata*.

Diante das questões expostas, o *modus operandi* neste artigo passa pelo exercício de filosofar duvidando, como apregoava Michel de Montaigne (2000), seja no confronto de conceitos ou na divagação de “fantasias”. A tentativa é a de fazer pesquisa a partir do que nos ensina Foucault (2013) quando afirma que é preciso pensar o pensamento a partir de sua história, num procedimento de análise que coloca o antes não problemático, seja um “fato” histórico, um discurso, uma experiência ou um conjunto de práticas como algo a ser questionado. Assim instalamos uma crise entre afirmações, consentimentos e silêncios tornando o banal, fácil e aceitável, uma preocupação, um incômodo, uma inquietação.

<sup>7</sup><https://www.dw.com/pt-br/ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas-um-problema-que-persiste-no-s%C3%A9culo-21/a-54520254>.

<sup>8</sup> <https://elefanteeditora.com.br/caca-as-bruxas-ajuda-a-entender-aumento-de-femicidios-diz-silvia-federici/>.

Delinear trilhas de leitura, interpretação e escrita numa perspectiva de problematização foucaultiana é neste texto uma ação que busca um mal-estar, seja na articulação conceitual, na escolha de fragmentos textuais, no modo de interpor recortes ou em múltiplas perguntas retóricas. Um desmontar e remontar criando outras conexões. Ora no espanto que questiona e faz pensar, ora na ironia de repetir afirmações há tempos sedimentadas, fazendo uma nova nuvem de “poeira” se levantar, revelando pressupostos possíveis da construção histórica de nossas, até então, “verdades”. Como foi possível o que é? Essa é a deixa que o pensamento de Michel Foucault nos dá para seguirmos pelas sendas da problematização gerando refutação de nossas hipóteses e sobretudo sobre o nosso correto ou natural. O filósofo nos impulsiona a um movimento de pensamento e análise crítica “pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização” (FOUCAULT, 2004, p. 233). Problematizar assim é enfrentar o desafio de pensar de outro modo aquilo que já foi pensado, modificando as condições do exercício de pensar numa luta, a princípio, consigo mesmo (CHEVALLIER, 2015). Por mais abusado que pareça vale usar palavras do próprio Foucault para traduzir o desejo que move este texto.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível. Gostaria de perceber que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto do seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 1996, p. 5-6).

Mais que tomar as palavras, este artigo nos permitiu sermos tomados por elas. Muitos fragmentos de textos referentes à caça às bruxas são utilizados a partir daqui. Eles foram trazidos para cá para encadear questionamentos com palavras que nos envolvem com críticas, perguntas, desconfiança e ironia. Os fragmentos provocam uma efervescência de perguntas, que revelam um exercício de pensar fazendo surgir desse pensamento os problemas que nos movem. Problemas em forma de palavras que ora se organizam como fios formando romãs, hora se desenrolam e entrecortam formando pontas duplas, triplas, múltiplas.

O texto abre muitas frentes e perspectivas. Isso porque a caça às bruxas que, por exemplo, a princípio parece uma cruzada religiosa em defesa da fé e da sã doutrina, quando problematizada nos deixa perceber muitos outros limiares como o de seus matizes políticos e econômicos no desenvolvimento do capitalismo. E ainda pontas de intersecção étnico racial, pontas de relações científicas no interdito do conhecimento para as mulheres.

Não procuramos trabalhar cada ponta dessa trama, mas sim perceber como se imbricam em muitas faces e disfarces possíveis a construção da culpabilização das mulheres. Procuramos problematizar as condições em que subsistem as pontas. As técnicas apontadas por Nietzsche (2007), que apresentamos mais à frente, nos fez perceber os mecanismos da culpa por meio do desenvolvimento da consciência moral na relação credor devedor da antiguidade, reverberando na modernidade. As relações poder e saber de Foucault (1996, 2013, 2014) que vão perpassando toda a trama, mesmo quando não evocadas explicitamente, nos fez perceber dispositivos de subjetivação em ação.

A trama a qual nos propusermos delineia uma relação mulher – culpa. Relação que envolve questões do feminino, da sexualidade, das relações sexuais, do pecado, entre tantas outras. Se desdobra numa multiplicidade de relações que aparecem no texto engendradas por inúmeras técnicas e mecanismos de saber-poder. Essa percepção nos guiou no exercício de um pensamento rizomático<sup>9</sup> que perpassa questões sobre religião, economia, raça e etnia, gênero, política e que tem como premissa a possibilidade de viabilizar outras muitas formas de se pensar e repensar as relações, a história a e nós mesmos/as.

### **“De como as bruxas, privam um homem de seu membro viril”**

Por mais excêntrica que possa parecer a premissa acima, foi extraída de um dos livros mais famosos da história, o *Malleus Maleficarum Maleficat & earum haeresim, ut framea potentissima conterens* publicado em 1486-1487 pelos dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger. Em português “O Martelo das Bruxas que destrói bruxas e

---

<sup>9</sup> A expressão é utilizada aqui para descrever uma forma não hierárquica, não estrutural, não centrada e não linear de organização, pensamento ou escrita, em contraste com a forma hierárquica, estrutural, centrada e linear. A imagem é tomada de empréstimo da Botânica na descrição do rizoma como um caule horizontal, geralmente subterrâneo, cujas raízes se espalham de forma aparentemente desordenada e caótica e desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, no livro *Mil platôs*.

sua heresia como uma espada de dois gumes”<sup>10</sup>. Trata-se de uma espécie de guia inquisitorial universal amplamente utilizado para identificar, inquirir e julgar. O *Malleus Maleficarum* - Martelo das feiticeiras<sup>11</sup> foi um manual minucioso de execução de modos de confissão, penas de tortura e morte, especialmente de mulheres acusadas de bruxaria, pactos com o diabo e heresias. O livro organizou e legitimou, por séculos, ações teológicas-jurídicas que levaram milhares de mulheres à fogueira já que podemos observar uma sistêmica repressão à bruxaria e conseqüentemente ao feminino do fim do século XIV até meados do século XVIII. Uma obra de grande repercussão, mesmo sendo para própria Igreja Católica um grande problema, já que o livro foi objeto de contradição e disputas internas chegando a ser inserido no *Index Librorum Prohibitorum*<sup>12</sup>.

Questões de todas as ordens ganharam atribuições de sortilégio durante muito tempo na história ocidental. Desde bruscas alterações meteorológicas até a morte inexplicável de animais e crianças. Nos parece importante observar que a caça às bruxas “promovida”, e administrada a princípio pela Igreja Católica Romana como uma defesa da fé, é especialmente focada nas mulheres e em suas relações e comportamentos. Um campo muito explorado, por exemplo, é o dos atos sexuais e da sexualidade das mulheres. Em muitas passagens do *Malleus Maleficarum* temos longas tentativas de justapor as ações das bruxas à malefícios ligados à sexualidade e aos chamados “atos venéreos”. Às bruxas é atribuído, por exemplo, o poder de obstrução de forças procriadoras, de modo que isso se percebe na impossibilidade de uma mulher conceber ou mesmo a interdição de um homem de realizar o ato sexual.

Segundo os autores de “O Martelo das Feiticeiras”, as bruxas podem criar obstáculos à função procriadora através da neutralização das forças viris. Primeiro podem fazer isso impedindo diretamente a ereção do membro próprio à frutificação, já que são capazes de viciar e perverter o uso natural de qualquer membro. Depois, elas podem impedir “o fluxo das essências vitais aos órgãos onde reside a força motriz, ocluindo os ductos seminais de sorte a não se comunicarem com os vasos procriadores, ora impossibilitando a ejaculação, ora a tornando infrutífera” (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 221). Não obstante a tudo isso, as bruxas podem ainda impedir que o homem possa procriar ou ter o ato venéreo com uma mulher, mas não com outra.

<sup>10</sup> Tradução livre.

<sup>11</sup> Usaremos neste texto a edição de 2017, da editora Record. Na tradução de Paulo Fróes *Malleus Maleficarum* é traduzido como *O martelo das feiticeiras*.

<sup>12</sup> Índice dos livros proibidos.

E ainda “retirar do homem o membro viril, como se o tivesse arrancado por completo do corpo”, ocultando-o por um encanto (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 216).

Com esse recorte poderíamos fazer uma infinidade de relações, mas particularmente se faz importante ressaltar o modo deliberado de atribuição de culpa às mulheres por subversão da ordem original através da sexualidade, fazem isso porque possuem uma sexualidade desenfreada. Sendo isso considerado pecado grave eram levadas a juízo e obrigadas a se confessarem, sendo depois punidas. Essa questão recorrente e até exaustiva nos lembra que em “*A vontade de Saber*”, Foucault (2014) afirma que a sexualidade, antes de ser submetida a uma hipótese repressora foi produzida por práticas sociais que serviram de base para a sustentação e a formação discursiva da modernidade. Estamos falando da *Scientia Sexualis* que em oposição a *Ars Erotica*.

A *Scientia Sexualis* é uma produção da modernidade que apontou verdades sobre o sexo, apresentando premissas para normalização das práticas e produção de sujeição dos corpos; para produção de um sujeito com conhecimento de si. Apresentou premissas de “naturalidade” fazendo com que os indivíduos que escapam das expectativas e se constituem de modo diferente do previsto, esbarrem na manutenção do poder, tendo que enfrentar grandes desafios para ser e viver como acredita que deve e deseja. Ou seja, esbarram em um discurso chancelado pelo poder da “ciência”. Diante do que é dito científica e socialmente, o querer ouvir ou deixar falar são formas de controle que querem investigar a conformidade e constatar as digressões. É um fazer confessar-se.

A inquisição dava o direito de falar, reservava aos acusados e acusadas o benefício da confissão. Isso em um mecanismo de penitência, diante do reconhecimento do erro e da culpa diante do desvio e da desobediência. No Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, a confissão foi reafirmada como direito divino, no capítulo 5 – Sobre a Confissão.

Em consequência da instituição do Sacramento da Penitência, precedentemente explicado, a Igreja Universal sempre entendeu que a confissão inteira dos pecados foi instituída por Nosso Senhor e que ela é necessária de direito divino a todos aqueles que caíram no pecado depois de seu batismo, porque Nosso Senhor Jesus Cristo no momento de subir da terra ao céu deixou os padres como seus vigários e como presidentes e juízes a quem seriam entregues todos os pecados mortais de que os fiéis se tornassem culpados a fim de que, conforme o poder das chaves que lhes foi outorgado para remitir ou para ter os pecados, eles pronunciassem sua sentença. Por isso é manifesto que os padres não possam exercer esta jurisdição sem conhecimento de causa, nem guardar a equidade na aplicação das penas se os penitentes só

declararem seus pecados em geral e não na sua espécie e detalhe. (DA IGREJA, cap. 5, parágrafo 899).

Não cabe aqui uma reflexão sobre matéria e forma para as condições de existência de pecado e muito menos das predisposições da teologia moral para especificações da absolvição sacramental. No entanto, é importante observar que há uma alusão à diferenciação entre a declaração de “pecado em geral” e em “espécie e detalhe”, pois tudo deve ser dito. O sujeito precisa ser conhecido na minúcia. A confissão é uma declaração de reconhecimento e consciência moral, o que dá a entender que isso foi assumido pela pessoa penitente na transvaloração da dívida em culpa aos moldes do que Nietzsche (2007) explicita em sua *Genealogia da Moral*. Segundo Foucault (2014), a confissão não só busca decodificar e conhecer em partes mínimas o sujeito, mas também o constitui, já que a confissão com o tempo foi se tornando uma prática de si.

Embora a prática da confissão remonte à igreja cristã primitiva, e tenha segundo a teologia dos sacramentos fundamento bíblico, a prática passou por diversas modificações. Talvez a mais significativa dentro do cristianismo tenha sido a mudança da declaração e penitência pública para um movimento de ação sacramental com declaração e penitência de foro íntimo. A confissão se tornou auricular diante de um ministro validamente aceito no terceiro e segundo grau do sacramento da ordem.

Segundo Foucault (2014), na Idade Média, a sociedade ocidental colocou a confissão entre os ritos mais importantes de produção de verdades. As técnicas de confissão foram desenvolvidas mediante métodos de interrogatório e de inquérito que vão apontar para a evolução da palavra confissão que deixa de ser uma questão estritamente religiosa para figurar no campo jurídico. A confissão também deslizou de uma relação totalmente externa com valor atribuído a alguém por outrem para uma relação também interna de reconhecimento próprio de valores de ações e pensamentos, se colocando no cerne dos procedimentos de individuação do poder. A partir daí a sociedade ocidental se tornou uma sociedade “singularmente confessada”.

Desde então a confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com que

se produzem livros. Confessa-se ou é forçado a confessar. (FOUCAULT, 2014, p. 66).

Nos parece interessante destacar que se por um lado “o homem, no Ocidente tornou-se um animal confidente” (FOUCAULT, 2014, p. 66), que goza o prazer de contar e ouvir, compartilhar feitos, filosofar em busca da verdade. Por outro lado, o exame de si diante das certezas fundamentais da consciência, a obrigatoriedade e a imposição da confissão se revelou como um poder que coage, mas sem que a confissão seja percebida assim.

Parece nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não “demanda” nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação. A confissão libera, o poder reduz ao silêncio (FOUCAULT, 2014, p. 67).

Foucault (2014) observa que desde a penitência originariamente cristã até os nossos dias, o ato sexual é tido como a matéria privilegiada de confissão e, no entanto, é a matéria mais escondida. O filósofo questiona sobre a possibilidade de o esconder as questões do sexo ser uma forma muito particular de confissão, sendo o esconder um outro aspecto do dever de confessar. A colocação do sexo em discurso e o reforço de seu despropósito podem ser para Foucault “duas peças de um mesmo dispositivo” (FOUCAULT, 2014, p. 69).

A inquisição ouvia as bruxas em confissão em busca da constatação de um pacto selado num ato sexual entre uma mulher e o demônio. Havia disposição para ouvir o que não se “pode” falar - a matéria do pecado.

Foucault nos aponta para a percepção de relações mediadas por dispositivos. Esses não são outra coisa senão mecanismos que visam atingir os corpos das mulheres, como administrar ou controlar suas condutas, “promover e manter sua saúde”, “proteger a sua vida”. Ou fazer viver uma comunidade mesmo que isso custe a vida do corpo e em função de uma conduta em desacordo com as normas ou uma conduta, que no caso religioso, descumpra um pacto que sustenta as relações do grupo em dívida, com o seu grande credor. Em “A Vontade de Saber”, Foucault (2014) relaciona o dispositivo às técnicas e tecnologias, como por exemplo, as da confissão que operam uma articulação entre poder e saber, entre a práxis e o discurso, estabelecendo domínios, controles e intervenções.

Representando inúmeros perigos, as mulheres precisavam ser contidas. Mas, quais eram esses perigos? Todas as mulheres eram perigosas ou apenas algumas? Esse fenômeno foi exclusivamente europeu? Essas inquietações nos fazem desdobrar um pouco mais o que problematizamos até aqui.

### Muitos perigos emanam das mulheres

O contexto dos usos das atribuições da bruxaria nos instiga como gatilhos na busca de outros pontos. Uma busca sobre as relações, os discursos e atribuições do feminino e da mulher em um recorte histórico. Não o contexto de uma gênese histórica, aos moldes de um ponto essencialmente originário de onde tudo se deriva. Contextos de origens de possibilidades que em arranjos sociais, econômicos, culturais, religiosos, científicos forjaram a história. A bruxaria já era, de certa forma, alvo da atenção e de investidas da Igreja Católica e da sociedade europeia antes da elaboração e publicação do *Malleus Maleficarum*. O livro está inserido em um movimento de transição de paradigmas entre o ocidente medieval e o moderno.

Vale lembrar que entre várias controvérsias sobre sua exata datação, quando falamos em 1486-1487 estamos diante de uma publicação que coincide com o alvorecer da modernidade. As bruxas habitaram de modos diversos e descontínuos boa parte da Idade Média. E eram percebidas. Multas já estavam previstas para práticas de bruxaria, por exemplo na *Lex salica*<sup>13</sup>, no século VI. Na Igreja Católica vários documentos oficiais que visavam combater as heresias, os pactos com o demônio, a infidelidade à doutrina e apostasia à fé cristã antecederam a bula papal *Summis Desiderantis Affectibus*<sup>14</sup> de Inocêncio VIII, que autorizou finalmente a criação de um manual de combate aos praticantes de heresias. O texto da bula data de 1484, primeiro ano do Pontificado de Inocêncio VIII.

A edição do “Martelo das Feiticeiras” (2017) que estamos utilizando como referência traz uma tradução da bula *Summis Desiderantis Affectibus*, nela o Santo Padre diz ter chegado aos seus ouvidos que em certas regiões da Alemanha do Norte e em outras várias províncias, aldeias e dioceses, muitas pessoas de “ambos os sexos”, ao negligenciar a fé cristã, estavam se entregando ao demônio, feitiços, conjurações e ofensas graves. O Papa diz saber que tudo isso tem gerado assassinatos de crianças

<sup>13</sup> Lex Salica (507-511) – A lei Sállica foi comissionada por Clóvis I, e representa o maior código legal entre os francos, tendo influenciado a maioria das leis germânicas medievais.

<sup>14</sup> Tradução: Desejando com ardor supremo – Segundo a tradição do Magistério Católico, os documentos oficiais, ainda hoje publicados em Latim, tem como título, as primeiras palavras do texto.

ainda no útero de suas mães, morte de rebanhos de animais nos campos, devastação de produções da terra. Diz ainda de tormentos de homens e mulheres que sofrem de dores internas e externas e que homens estão se sentindo impedidos de realizarem o ato sexual.

Embora o Papa fale em apostasia de pessoas de ambos os sexos, como aparece também em documentos anteriores, os autores do “Martelo das Feiticeiras”, de forma especial o inquisidor Heinrich Kraemer ignora quase que totalmente a presença de homens entre os hereges de que trata o manual atribuindo exclusivamente à mulher a condição de “bruxa”. Até o lançamento do *Malleus Maleficarum* as mulheres eram tidas como mais propensas às superstições. A partir do livro as mulheres são tidas como mais passíveis e inclinadas às ciladas do demônio por sua “natureza”. Teria então a mulher uma natureza decaída?

Os poucos homens localizados são tidos como supersticiosos ou magos. Agem por poderes naturais que de alguma forma lhes são ocultos ou porque foram iludidos e acham em devaneio, que atuam induzidos pelo demônio. No entanto estão enganados. Isso é considerado impossível, pois um real pacto demoníaco é selado com uma relação sexual entre uma mulher e o demônio.

Antes de avançarmos nas questões do *Malleus Maleficarum* fica então marcada a consideração de que a periculosidade extrema das bruxas em função de uma relação íntima com a influência e a força demoníaca é uma construção com nuances modernas.

Em “A vontade de Saber – História da Sexualidade 1”, Foucault (2014) discute como a modernidade, expressa nas formulações das ciências, de modo especial nas áreas médica e psicológica, traçou crivos comportamentais, que também identificamos no fim da Idade Média. Quando problematizamos este período nos perguntamos sobre as condições sobre as quais se estabeleceu uma divisão entre o normal e o anormal que não só permeou e permeia os modos de subjetivação, como legitimou e legitima as intervenções que distinguem, mapeiam e reorientam os sujeitos e sujeitas. Isso não pode ser entendido de modo isolado como um fato e sim como um movimento que envolveu a modernidade.

No livro “A Feitiçaria na Europa Moderna” (1995), Laura de Mello e Souza afirma que na perspectiva do período medieval a bruxaria tinha no centro a própria feiticeira e o poder. Por conseguinte, eram elas mesmas uma espécie de fonte de mal. As bruxas eram tidas como quem se encarregavam de fabricar antídotos e poções mágicas não muito mais que isso. “A diferença moderna residia no fato de que essas práticas,

antes consideradas malefícios, passaram a ser vistas como crime de bruxaria, realizado sob intervenção demoníaca e passível de ser punido com a forca ou a fogueira” (SOUZA, 1995, p. 20). Vamos perceber ao longo deste texto que o modo de conceber as bruxas diz de um modo de conceber o feminino e vice-versa.

A edição do “Martelo das feiticeiras” de 2017, traz um texto introdutório de autoria da escritora, intelectual e feminista brasileira Rose Marie Muraro, em que ela também observa a diferença da concepção do feminino na transição entre o mundo medieval e moderno. Segundo Rose Muraro, na alta Idade Média houve uma grande florescência da condição das mulheres que passaram a ter acesso às artes, à ciência e à literatura. Nesse período, que coincide com as Cruzadas, a Igreja ampliou seu poder temporal em paralelo ao poder espiritual e se colocava como uma Senhora de “duas espadas”<sup>15</sup>. Mas isso mudou radicalmente pouco tempo depois. O mundo começou a passar grandes transformações, e do fim do século XIV até meados do século XVIII explode uma repressão generalizada e sistemática do feminino.

Juliana Pereira (2011) nos lembra de que esse período de repressão foi marcado também por grandes abalos estruturais em função do impacto, por exemplo, da Peste Negra, pela Guerra dos Cem Anos, o avanço turco, o Grande Cisma. A Igreja Católica passa a enfrentar uma crise de poder que coloca a figura do Papa em descrédito moral e enfrenta a elaboração e deflagração da Reforma Protestante. A ciência ganha projeção com desenvolvimento de teorias como o heliocentrismo, que afrontam concepções e de certa forma os dogmas da Igreja. Com as grandes navegações e a descoberta do continente americano um mundo mais amplo passa a ser vislumbrado com temor. O homem e a religião são golpeados por muitas mudanças e o medo passa a disseminar uma visão pessimista e temerosa a respeito do fim dos tempos. A inovação é vista como a aproximação de desgraças que anunciam a chegada do Anticristo no mundo. Todas as adversidades naturais e sociais são compreendidas como o avanço do demônio. Uma outra forma de cruzada é evocada na luta contra o mal que se espalha. Era preciso identificar os modos e os meios de ação do demônio e as feiticeiras passam a ser consideradas as suas principais agentes. Pensar sobre isso nos faz questionar: seriam as mulheres uma espécie de bode expiatório? E porque somente as mulheres?

Com a convicção de que o mal estava agindo de modo ostensivo no mundo e diante da necessidade de uma explicação, o *Malleus Maleficarum* é escrito aos moldes

---

<sup>15</sup> A Teoria das suas Espadas defendia que o Papa tinha a posse dos poderes espiritual e temporal e, portanto, seria o responsável por delegar o poder aos reis.

de uma “continuação” do Gênesis<sup>16</sup>. Retomando a introdução do “Martelo das Feiticeiras” (2017) escrita por Rose Muraro temos essa analogia. O texto bíblico do Gênesis marca a mulher como uma abertura do portal da morte e do pecado ao se deixar levar pela sedução demoníaca da serpente, quebrando a ordem original. Tentada, a mulher se torna tentadora e rompe com a transcendência do homem ao provocar sua exclusão do paraíso. Tentadora a mulher é associada à paixão, à natureza, à carne, às relações sexuais e ao prazer, tudo que deve ser controlado, rigidamente normatizado. Na relação com a mulher do Éden a serpente, símbolo da fertilidade em algumas culturas passa, no cristianismo, a representar uma das formas do demônio, tentador e fonte de todo pecado. O anjo decaído carrega o pecado por excelência, a insubordinação. É símbolo da desobediência e se torna entre os humanos a expressão da fraqueza da carne, da humanidade. Os autores do *Malleus Maleficarum* chegam a afirmar que,

a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é por assim dizer, contrária a retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepçiona e mente (...) portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na fé, e conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que conforma a raiz da bruxaria. (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 94-95).

Segundo Juliana Pereira (2011) é possível observar, nos pensamentos e ações desse período inquisitorial, uma espécie de medo que se defende em forma de hostilidade com relação ao “sexo feminino”. É importante termos presente essa dimensão de justificativa que o medo das mulheres tem ao longo da história em contextos diferentes. Não se trata de uma novidade no cristianismo. O receio, o medo, diante do feminino está na base dos escritos patriarcais da cultura e da fé judaico e cristã influenciadas pela mitologia Suméria. Isso foi enfatizado de tal forma que chegou a uma estruturação institucional, que segundo Juliana Pereira (2011, p. 2) “relegou definitivamente à mulher a culpa pelo pecado e pelas mazelas que abundavam no mundo terreno”, assim como defende Jean Delumeau:

mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher foi acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta

<sup>16</sup> Primeiro livro da Bíblia – Gênesis ou “Primeiro livro de Moisés” é considerado o “Livro das origens” pelos judeus e cristãos.

original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. O homem procurou um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. (DELUMEAU, 1989, p. 314).

Esse mecanismo de culpabilização das mulheres “das origens” e que observamos revigorado na mentalidade criada e difundida na Europa na transição do mundo medieval para modernidade é a sustentação de argumentação base do “Martelo das Feiticeiras”. Isso ilustra bem o modo como Nietzsche, na segunda dissertação de “Genealogia da Moral” (2007) - “culpa”, “má consciência” e coisas afins – demonstram no desenvolvimento da consciência moral temos os princípios de dívida e culpa. As mais primitivas formas de organização e relação humana encontraram na hierarquização uma forma de organização social com o estabelecimento de relações obrigacionais aos moldes de débito e crédito. A consciência de culpa assim se configura a partir de uma economia de uma espécie de matriz originária da dívida que lhe é anterior. Primeiro se observa uma relação marcada pela exterioridade e um certo distanciamento de tempo e de espaço. O credor está entre os nossos antepassados que nos permitiram a vida, e nos deixaram seu legado que sustentam a unidade e possibilidades de vida de um grupo. São sempre àqueles que nos antecederam que devemos reverência, temor ou gratidão. Os espíritos, os muitos deuses, o deus único. O credor deve ser respeitado, ouvido.

No entanto, quanto mais um grupo, um clã, uma comunidade se desenvolve, maior deve ser reconhecido o poder dos antepassados que os sustenta nas adversidades e nas batalhas pela sobrevivência. O crescimento de uma comunidade e o aumento do poder em alguns casos chega à onisciência e onipresença do credor, forjando um deus único todo poderoso. Diante desse ser agora de outra natureza muito mais transcendente, um antepassado que não é mais um integrante do grupo, mas a origem a quem se deve a vida, a dívida se torna impagável, pois é imensa. Não sendo paga deve ser mantida e lembrada como sacrifícios, obediência, louvor e gratidão. Nessa relação a quebra do vínculo, a não manutenção do reconhecimento, a ingratidão, o não cumprimento de uma promessa feita pelo devedor dá ao credor a legalidade de uma cobrança que pode ser violenta a ponto de lhe privar os bens e a própria vida.

O monoteísmo judaico e, posteriormente, o cristão seguem por esse princípio e o grande credor cobra de todo o grupo as infidelidades de seus membros. Um devedor tem sua dívida pessoal, sua própria vida, refletida para toda a comunidade. Para que os grupos honrem as palavras empenhadas diante do credor, evitando sua ira, são feitos

pactos comunitários. Se alguém desonra esse pacto esse indivíduo deve ser punido, a fim de amenizar a ira e a cobrança do credor que pode fazer perecer todo o grupo. Quando esse credor é tão transcendente como o Deus Cristão, ele não está somente lá num lugar distante do passado ou de outra dimensão como o céu, está também “dentro”, no indivíduo, pois é interiorizado pela consciência moral. Não temos mais apenas uma relação jurídica, ela é espiritual e a dívida é transmutada em culpa.

No cristianismo a apostasia, a negação da fé cristã, é o ponto máximo de ruptura da relação criador-criatura. O pecado por excelência. Foi por meio da desobediência e insubmissão que Lúcifer foi expulso da ordem celestial. Foi também assim que Eva fechou as portas do Paraíso e não é admissível que as bruxas causem ao mundo outro dano tão irreparável cometendo o mesmo pecado. Diante das mazelas do mundo, o desmoronamento de estruturas, o medo do que estava por vir, e acreditando que o mundo sofre com as investidas do Príncipe das Trevas, foi preciso acionar um mecanismo de localização do “problema” e uma solução.

O que aponta tudo isso como um arranjo criado para ser uma resposta a um tempo são as evidências de que o olhar sobre as atividades das mulheres nem sempre foi assim negativo, ele oscila na história e responde a um jogo de poder. Rose Muraro – em “Martelo das Feiticeiras” (2017) – lembra-nos que desde tempos muito remotos as mulheres eram curadoras populares e parteiras detentoras de um saber que iam construindo, dividindo e transmitindo de uma geração a outra. Em muitas tribos as mulheres eram mediadoras da relação com o sagrado, as Xamãs.

Na Idade Média, na Europa, diante de muitas adversidades, a necessidade de mútua ajuda exigiu um aprofundamento dos saberes e uma intensificação de suas ações já que mulheres camponesas e pobres não tinham outra alternativa no cuidado com a saúde. Curadoras experimentavam no cultivo de ervas a busca de soluções dos males que as afligiam. Observadoras dos ciclos da natureza e de seus corpos desenvolveram noções de anatomia e viajavam de aldeia em aldeia com parteiras levando alívio e conforto. Mas, quando dentro do sistema feudal em declínio desponta o saber médico elas passam a representar uma ameaça. A organização de confrarias de mulheres que trocavam segredos de curas do corpo e da alma passou a ser vista como um comportamento perigoso. A cura do corpo passa a ser domínio da medicina e a cura da alma é reivindicada pela Igreja que vem perdendo força. A gênese de outro sistema econômico que vai substituindo o feudalismo exige uma retomada de controle, por meio de regras de comportamento. No início do capitalismo já se inscreve a necessidade do

controle estrito dos corpos e conseqüentemente da sexualidade. Um período de transição dos corpos condenados aos corpos dóceis como explica Michel Foucault.

Se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar. (FOUCAULT, 2005, p. 119).

Tudo isso é aparentemente ameaçado pelas mulheres. Como afirma Silvia Federici (2017, p. 14) “o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem”. Toda ameaça feminina deve ser contida e castigada, sobretudo quando representa uma espécie de insubmissão que pode espalhar “danos” à humanidade e ao seu desenvolvimento. Temos essa lógica já inscrita na punição de Eva e daquelas que como ela se arriscaram em tentativas de subversão. Quando a mulher da origem judaico-cristã vai ao centro do jardim e desobedece a proibição de se aproximar e experimentar o fruto da árvore do conhecimento, seus olhos se abrem para a ciência do bem e do mal. Com o conhecimento o pecado entrou no mundo e por isso a humanidade passou a carregar o peso do contato com o discernimento, com o conhecimento, o pensamento racional em detrimento do pensamento mítico religioso. Esse conhecimento seria um empecilho ao controle?

A professora e historiadora Michelle Perrot (2007) em seu livro “Minha história das mulheres”, nos lembra que no fim da Idade Média, muitas mulheres expressavam suas inquietações se reunindo em “seitas” que questionavam o poder clerical e a hierarquia dos sexos. Essas organizações comunitárias, desvinculadas de ordens religiosas, em que as mulheres buscavam não submeterem a nenhum tipo de controle logo despertou a atenção do poder patriarcal que passou a persegui-las. Michelle Perrot (2007) ao se questionar e nos questionar sobre qual seria a acusação dirigida às mulheres nos fala de uma mistura. Além das questões ligadas à “sexualidade desenfreada” (PERROT, 2007, p. 89) os perseguidores também apontavam para ofensas à razão e medicina moderna, através de suas práticas mágicas que busca a cura dos corpos com ervas, elixires e fórmulas esotéricas. O interdito do saber persegue as

mulheres. “O saber é contrário a feminilidade. Como é sagrado, o saber é apanágio de Deus e do homem, seu representante na terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber, sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso” (PERROT, 2007, p. 91).

A elaboração simbólica do imaginário coletivo entre mulher-conhecimento é tão marcada pela culpa original, que ainda hoje entre mulher e saber, mulher e filosofia paira uma desconfiança. A insistência das “degredadas filhas de Eva” fez várias vítimas ao longo da história e ainda hoje não é diferente. Pela lógica bíblica estava e deveria ainda estar vetado o acesso à árvore do conhecimento do bem e do mal, pois o preço dessa aproximação era a morte. A morte entra no mundo depois que uma mulher desobediente chega ao conhecimento. Devedora do grande credor a mulher desafia a ordem original e coloca em perigo toda a humanidade. Culpada deve ser punida de modo exemplar, seja ela a “mãe de todos os viventes” ou uma bruxa-filósofa. Os protestos contra Butler no Brasil nos questiona: Pode a mulher filosofar? A resposta: Queimem as bruxas!

A inquisição foi um instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal na qual os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos” (FEDERICI, 2017, p. 310). Isso nos interpela: As bruxas seriam então símbolos de uma resistência à forja da docilidade dos corpos? Os corpos das bruxas eram alvos de uma campanha de degradação veiculada pelos inquisidores. Há em todo o *Malleus Maleficarum* uma incisiva tentativa de demonização do “sexo da mulher” e isso é feito via a copulação das mulheres com o próprio demônio, o que demoniza o feminino.

No entanto, um parêntese precisa ser feito aqui. O contexto histórico da Igreja Católica enquanto os inquisidores dominicanos escrevem, e atuam investigando e perseguindo os e as hereges expressando de todos os meios possíveis um obstinado ódio pelas práticas sexuais, citado de modo recorrente no “Martelo das Feiticeiras”. Isso porque temos nesse período um grande declínio da credibilidade eclesiástica a começar pelos Papas.

Como lembra-nos o professor de História da Igreja, Henrique Cristiano José Matos, no volume 1 de sua obra, “Introdução à História da Igreja” (1997), nos meados do século XV inicia-se o período dos pontífices renascentistas. Filhos de uma nova cultura e alguns humanistas ativos como Nicolau V e Pio II não mediram esforços para dar à Igreja uma direção mais calcada na arte, política, ciência deixando em segundo

plano as preocupações espirituais. Mas essa não era a única marca do período, os Papas viveram nessa época uma grande crise moral, em Alexandre VI. O religioso exerceu o poder papal entre 1492 – 1503, talvez tenha sido o maior representante da crise moral desse período. Teve oito filhos, com três mulheres diferentes e não escondia no Vaticano sua alegria paterna. Chegou a promover um dos seus filhos à dignidade cardinalícia. Presidiu o casamento de sua filha Lucrecia em um palácio pontifício, mas deu por nulo o casamento dois anos depois em função de interesses políticos.

Não obstante a esse cenário eclesial marcado pelas sagradas estipulias do clero, o grande problema do pecado daquele tempo, segundo Heinrich Kraemer e James Sprenger (2017) tinha foco nas mulheres. Seriam as mulheres realmente um “perigo”? Sendo elas impossibilitadas de pertencer à vida clerical, não seria uma boa estratégia lhes atribuir culpa pela desordem moral e sexual livrando assim o clero de tal culpa? Seria a caça às bruxas para os inquisidores uma “cortina de fumaça”? Um desvio de atenção?

Os monges dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger citados pelo Papa Inocêncio VIII na bula *Summis Desiderantis Affectibus*, como filhos diletos e professores de teologia se esforçam para didaticamente bem representar o perigo das mulheres.

Se perquirimos devidamente, vamos descobrir que quase todos os reinos do mundo foram derrubados por mulheres. Troia, a cidade próspera, foi pelo rapto de uma mulher, Helena, destruída e assim assassinados milhares de gregos. O reino dos judeus padeceu de muitos flagelos e de muita destruição por causa de Jezebel, a maldita, e de sua filha Atália, rainha de Judá, que causou a morte dos filhos do seu filho para que pudesse reinar; cada um deles foi assassinado. O Império Romano, sofreu penosamente nas mãos de Cleópatra, a rainha do Egito, a pior de todas as mulheres. E assim com muitas outras. Portanto, não admira que hoje o mundo padeça em sofrimento pela malícia das mulheres. (KRAEMER; SPRENGER, 2017, p. 97).

Mulheres são vistas como perigosas em função de todo e qualquer modo de se posicionar contrário ao desejado pelos homens.

### **O plural “bruxas” diz de todas elas?**

Heinrich Kraemer e James Sprenger (2017) cuidam de explicar que nem todas as mulheres são perigosas, somente as que se levantam de modo a contrariar as ordens de seus maridos e da Igreja. E também é claro as adúlteras, concubinas, prostitutas, que

se reúnem em confrarias, as que se disfarçam de curandeiras, parteiras, trocam conhecimentos, saberes, pois isso, as coloca no jogo dos poderes como grandes jogadoras. Não podemos esquecer que algumas participaram das revoltas camponesas que precederam a centralização dos feudos.

Sabemos, no entanto, que mesmo com essas distinções, o plural “mulheres” guarda reservas e exige cuidados históricos ainda hoje. Quando falamos das lutas e dos direitos das mulheres, de quem falamos? De todas as mulheres? O feminismo ao longo do tempo foi e vai se mostrando multifacetado em muitos feminismos. Quando evocamos as bruxas: de quem estamos falando? Por baixo do manto do estereótipo, que temos herdado dos modos como nos contaram a história geral das civilizações e as histórias e fábulas infantis?

Mas em suma, que mulheres sustentam as bruxas que guardamos em nosso imaginário? Mesmo que degredadas, antiquadas, enrugada, com nariz grande marcado com verrugas e encarquilhada ou exímia e contumaz e de gargalhada terrível, é branca, magra e tem cabelos longos mesmo que brancos e desalinhados. Quando uma bruxa por feitiço de ilusão assume uma forma jovial é tenaz, esguia, altiva. O rosto de pele branca rosada sempre é emoldurado por longas madeixas. E as bruxas negras?

Em Nah Dove - *Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica* (1998, p. 16), temos a afirmação de que os “valores matriarcais que os povos africanos retiveram teve um grande impacto sobre a Europa durante e após a destruição de Kemet<sup>17</sup>”. Isso significa identificar uma influência sobre a Europa que inspirou mulheres a resistirem ao patriarcado mantendo sua cultura e crença invocando os princípios femininos do Criador.

Nah Dove, que é autora, professora e respeitada estudiosa em estudos afro-americanos traz em seu texto, através da evocação de várias pesquisas, informações preciosas para nossa reflexão. Uma delas é que antes mesmo da povoação dos Mouros, os povos Africanos tinham se estabelecido na Europa, isso por volta de 1000 a.C. Outro dado importante é que o movimento de conquista de Kemet, primeiro pelos gregos em 332 a.C. e depois pelos romanos de 30 a.C. a 323 d.C., foi um grande vetor de influência sobre as mulheres gregas e romanas.

---

<sup>17</sup> Kemet é o nome usado pelos antigos Africanos como sinônimo de Egito antigo. Kemet, vem de *km.t*, a transliteração de uma sequência de hieróglifos que os antigos egípcios usavam para chamar sua terra - Terra Negra.

Para Nah Dove (1998) é preciso considerar ainda que na Idade Média a presença de pessoas africanas na Europa pode ter inserido no cristianismo um medo quanto ao conhecimento dos Mouros e sua relação com a negritude. Esse medo pode ter se desdobrado e sustentado um medo sobre o poder e o papel das mulheres africanas. Lembrando que a fé islâmica foi praticada pelos Mouros Africanos em alguns lugares da Europa com grandes influências matriarcais, em oposição ao patriarcado do cristianismo católico.

Quando pensamos a caça às bruxas enquanto inquisição católica temos um recorte europeu e uma média de quatro séculos sem um pavor social coletivo, ou um pânico generalizado. Havia ao contrário um modo de endereçamento em uma perseguição planejada em uma perspectiva de gênero e religião, mas também de classe, política e etnia. O grande medo dos cristãos europeus está centrado nas mulheres e em práticas de cultos não cristãos, como animismo, adoração à deusa e paganismo. Ou seja, Nah Dove (1998) nos faz pensar que a cruzada cristã contra as bruxas na Europa pode bem ter sido uma tentativa planejada para acabar com as influências espirituais, negras e matriarcais em mulheres europeias.

Contemporaneamente à queima das bruxas, para facilitar a expulsão dos povos Africanos e sua influência, a Inquisição foi projetada pela Igreja Católica para purgar a terra de não-cristãos, queimando os assim chamados hereges. É lógico supor que os hereges eram principalmente mulheres e homens Africanos ou quem lhes fossem associados (DOVE, 1998, p. 17).

Quando nos perguntamos no plural quem foram as “bruxas”, quem foram as mulheres assassinadas, Nah Dove nos provoca...

Dada a natureza xenófoba dos europeus e o seu aparente medo da negritude, podemos supor que muitas dessas mulheres podem muito bem terem sido negras. Qualquer análise séria das características culturais e racializadas que sustentam a cristianização da Europa deve incluir o desenvolvimento do capitalismo através de expansionismo europeu e a construção da supremacia branca como base para o massacre em massa de mulheres, homens e crianças Africanos. (...) Parece claro que as forças culturais que surgiram a partir do patriarcado do norte resultaram na morte de milhões de mulheres cuja lealdade cultural e, possivelmente, a racial foram postas à prova (DOVE, 1998, p. 17).

Essas nuances de uma história construída em forma de uma teia imbricada de múltiplas relações de saber e poder nos fazem lembrar da impossibilidade de uma leitura linear da história, com movimentos unívocos e ordenados em forma cronológica

e crescente. Não tratamos assim de um movimento purificador religioso, entre muitas nuances um movimento étnico, político e muito econômico.

A caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isto porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e o Estado (FEDERICI, 2017, p. 297).

Estamos diante de descontinuidades, rupturas de idas e vindas, constituindo possibilidades, muitas delas omitidas durante as escolhas que fazemos na composição da “história oficial” ou de uma “grande história”. “A perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p. 16).

### **O diabo também “andou” fazendo pactos pela Terra de Santa Cruz?**

Não sendo uma particularidade europeia enquanto território, mas sim uma ação ideológica, a grande perseguição se ramificou por todos os lugares que a Igreja Católica alcançou ao longo de sua história até meados do século XVIII. Se na mitologia grega Hades tinha uma carruagem, por aqui o demônio cristão chegou de caravela.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza (2005, p. 28), o Brasil nasceu entre a ideia de paraíso terrestre e “signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental”. A visão cristã e sua ideologia vieram embarcadas nos navios do expansionismo “além-mar” e trataram de sem demora promover um deslocamento da beatitude à demonização, animalizando os nativos e difundindo a ideia de pecado associado biblicamente à natureza do paraíso, ao prazer e a nudez.

A infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador, passando paulatinamente a integrar, também o universo dos colonos e dando ainda espaço para que, entre eles, se imiscuisse o Purgatório. Durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e do Purgatório (SOUZA, 2005, p. 372).

Junto às releituras (teo)ideológicas dos textos bíblicos vieram até essas terras, o machismo e a misoginia europeia.

Por volta de 1617, um religioso do Carmo dissera “que quando Deus tirara a costa do homem para criar Eva, viera um cão e a comera, e que do que saíra pela parte traseira do cão fizera Deus a mulher, e que assim ficara Deus fazendo a mulher da traseira do cão e não da costa do homem”<sup>18</sup>. Uma primeira leitura do trecho faz pensar em desacato da Criação, desvalorizando, machistamente a figura da mulher. Assim, a mulher pecadora, infiel, traidora por natureza havia mesmo de sair do ânus do cachorro como se fosse excremento (SOUZA, 2005, p. 106).

Segundo Laura de Mello e Souza (2005) esse tipo de argumentação condiz com a tese do “antifeminino” desencadeada pelo “medo” à mulher presente no início da modernidade como defende também Jean Delumeau (1989). O caminho para a proteção? Localizar e castigar os responsáveis pelas ações que atentavam contra a fé. Tal como já se fazia na Europa, o centro do problema não poderia estar em outro lugar senão nas filhas do excremento. Muitas mulheres foram denunciadas, interrogadas, torturadas e mortas na Terra Santa Cruz, na tentativa de se fazer purgar os pecados de um povo que flertava, por suas práticas, com o Príncipe das Trevas. Mulheres, num plural de anonimatos, quase todas esquecidas entregue à sorte que lhes provocaram seus “poderes”. Diversas nas habilidades, nos (des)propósitos, igualadas na cor e na condição, negras, escravas forras ou não, extraídas da traseira do cão. Não se deixavam abater com facilidade e se não bastasse lançar sobre o novo mundo toda sorte de mal com suas rezas, sortilégios, encantos e adivinhações, ainda dançavam com trajes inusitados. Muitas delas estiveram bem mais perto que nosso imaginário colonizado costuma achar.

Laura de Mello e Souza (2005) nos conta que Luzia Pinta, purgou sua sorte em Minas Gerais. Preta, forra, alta e grossa de corpo, solteira, natural de Angola, morava na Vila de Sabará. Foi presa em março de 1742, interrogada pela Inquisição foi culpada de leve suspeita na fé. Foi posta em tormento em cárcere secreto e depois foi levada para o couro de Castro Marim em Algarve - Portugal, onde a degredaram por quatro anos, tinha cinquenta e poucos anos segundo avaliação do escrivão. A acusação? Era “calundureira”, fato público. Fazia adivinhações em cerimônias noturnas, o calundu.

<sup>18</sup> A historiadora cita um trecho do “Livro de *denúncias da visitação* do Santo Ofício à Bahia”. Toda a documentação das visitas está disponível nos Registro de Visitações no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Todo o acervo está digitalizado e disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2318682>.

Vestida de modo inusitado com cabeça coberta por grinaldas dançava ao som de instrumentos africanos, entrava em transe, tinha “tremuras”. Respondia o lhe era perguntado e era assistida por negros e negras que também dançavam, cantavam e bebiam vinho. Pulava por sobre pessoas que deitadas no chão buscavam cura, quando sentada tinha uma cadeira de respaldo alto, tal como trono. Fazia trejeitos, cheirava a cabeça das pessoas para saber se tinham feitiços. Administrava bebidas e folhas de mato aos que a procuram doentes, fazia-lhes vomitar. O vento lhe trazia adivinhações. Era feiticeira? Segundo os autos do processo essa era a maior dúvida da Inquisição que buscava em diversos detalhes da confissão sinais do famigerado pacto demoníaco. Essa foi por séculos uma das grandes obsessões do Santo Ofício já que para os tratados demonológicos era a condição para a solene sentença; Bruxa. Torturada Luzia negou em ato de confissão, mas o inquisidor optou pela presunção de pacto. Culpada!

Pactos demoníacos eram a predileção do Santo Ofício para a finalização das sentenças. No entanto, na história que se constrói a partir da inquisição das mulheres, alucinações, desespero, loucura, histeria, ou patologias de qualquer natureza foram usadas como formas de despolitizar as lideranças femininas, seus saberes, suas ações populares e até mesmo os seus “crimes”.

A misoginia se mostra no modo de descrever suas ações, assim como na construção estética do perfil das feiticeiras. Desonradas, frustradas no amor ou pervertidas, sempre alvo de zombaria. “Os estudiosos da caça às bruxas (no passado eram quase exclusivamente homens) foram frequentemente dignos herdeiros dos demonólogos do século XVI. Ainda que deplorassem o extermínio das bruxas, muitos insistiram em retratá-las como tolas miseráveis, que sofriam com alucinações” (FEDERICI, 2017, p. 294).

### **“Só quem já morreu na fogueira, sabe o que é ser carvão”.<sup>19</sup>**

Diante dos fragmentos de tantas (im)possibilidades e histórias, fatos e múltiplos ditos, não ditos e ainda interditos que conseguimos reunir neste texto, exercitamos estranhamentos. Ao tentar pensar de um outro jeito, ironizar para incitar desconfortos e problematizar “lógicas”, algo saltou ao nosso olhar. A produção de silêncios de personagens estrangeiras e suas próprias vidas e histórias. A produção de mulheres culpadas por existir com seus nomes substituídos por números nos autos dos processos

---

<sup>19</sup> Verso da canção Pagu de Rita Lee e Zélia Duncan.

inquisitoriais. Mulheres tratadas evocadas por expressões que servem à diluição e imprecisão como: algumas, a maioria, muitas delas. Um universo reduzido a um substantivo feminino, muitas vezes usado no plural para alargar sua difusão inexata. Uma produção paulatina de subjetividades que muito antes de serem impostas externamente foram arquitetadas para serem assumidas.

Nosso exercício de problematização neste texto nos colocou diante de uma infinidade de tramas que nos permitiram chegar até aqui enquanto sociedade do modo como chegamos, olhando para o período de transição, considerando os últimos séculos do período medieval. Lá na tramitação das possibilidades da passagem do feudalismo ao capitalismo percebemos nuances de intervenções que identificavam, “comprovavam” e puniam modos dissidentes de se perceber, ser e estar no mundo já em um franco movimento de tentativa de controle dos corpos.

Diante das provocações que encontramos ao longo do texto e na esteira de Foucault não cabe aqui, neste ponto em que temporariamente aportamos, (porque chegar não chegamos) a pergunta: que(m) são as mulheres? Isso porque a resposta estaria marcada pela forja que se pretendeu colocar às mulheres. Nesse encerramento cabe a desconfiança e a recusa do que se entende por ser mulher, do que se assume com o ser mulher, o que representa esse substantivo feminino no plural - mulheres. Plural?

Como dissemos no início do texto, muitos marcadores apareceram como pontas de discussões que levantamos ao longo do texto e evidentemente não desenvolvemos. Em função da impossibilidade de se fazer isso em um artigo e muito mais por um desejo de criar caminhos múltiplos para muitas outras discussões possíveis. Mas o marcador da sexualidade, presente em todo o texto, merece uma retomada.

A sexualidade é o dispositivo que mais ressaltamos nas situações, relações e episódios relidos em busca de problematizações. Isso porque ela ajuda muito a enveredarmos pela lógica paradoxal do silenciamento das mulheres, sobre ser mulher, ser vítima, ser culpada. É paradoxal porque ao contrário do que pode ser apregoada por uma suposta hipótese repressiva, o que se fez com a sexualidade foi um falar, falar muito, exaustivamente. E é esse falar muito, é o fazer falar muito, acompanhado de uma simulação de escuta, uma oitiva inócua que silenciou e ainda hoje silencia as mulheres.

Muitas vítimas se questionam se não seriam mesmo culpadas pela agressão, multiplicando seu sofrimento. A culpabilização é um mecanismo que entre muitas outras coisas faz com que assumam a culpa que lhes é atribuída. Mulheres, responsáveis

pela quebra da ordem original do paraíso, porta de entrada do mal no mundo. Não somos apenas feitos, nós nos fazemos.

Diante dos confrontos e análises feitas com ironia, perguntas e críticas pudemos perceber o quanto as mulheres e o feminino nas relações de sexualidade e nas implicações das relações sexuais, são envoltos em pecado e culpa. Foram vistas e colocadas como um risco impeditivo de “projetos importantes” para a humanidade, como o capitalismo, o adestramento dos corpos para a produção em série, a manutenção do patriarcado religioso, político e científico. “Provocaram um medo” que em “legítima defesa” gerou uma reação hostil? Uma vez que “elas provocaram”, “a história escrita” por homens não tardou em sentenciar. Diante da necessária e inevitável punição, a vítima é culpada.

Ah! Há muito o que se considerar, sobre as “considerações” que fizemos até aqui e que nada tem de “finais”. O cenário contemporâneo indica uma enorme percepção de ameaça por parte de uma “masculinidade” que luta pela manutenção da hegemonia e mata deliberadamente. Há muito que se perguntar: como foi possível o que é? O que estamos fazendo com “o que é”? No Brasil de “queimem as bruxas”, centenas de perguntas, de pontas, podem ecoar a partir daqui. Muitas mulheres perigosas e desordeiras são silenciadas, são vítimas de violência, são abusadas e morrem todos os dias. A culpa? São mulheres, são arrimo de família, estudam, assumem cargos estratégicos, lutam por equidade de direitos. Provocam? Medo? Uma ponta abrupta para encerrar o que não termina... Quem mandou “queimar” Marielle Franco<sup>20</sup> tinha medo de quê? (...)

## Referências

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 115 p.

CHEVALLIER, Philippe. Que quer dizer fazer uma história das problematizações? **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 298-312, 2015.

<sup>20</sup> Marielle Francisco da Silva, foi uma socióloga e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi eleita vereadora do Rio de Janeiro durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Marielle Franco como era conhecida defendia o feminismo, os direitos humanos, e criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar. Eu sua produção e militância denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidade. Foi brutalmente assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, na região Central do Rio de Janeiro em março de 2018. Até hoje o mandante do crime não foi identificado.

- DA IGREJA, Documentos. **Concílio Ecumênico de Trento (1545-1564)**. Sessão XIV.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. 1300-1800 Uma Cidade Sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 696 p.
- DOVE, Nah. Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, p. 1-26, maio 1998.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017. 460 p.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 80 p.
- FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber. Organização de Manoel Barros da Motta**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 225-233. (Coleção Ditos & Escritos IV)
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005. 160 p.
- FOUCAULT, Michel. Discurso e verdade: seis conferências dadas por Michel Foucault, em Berkeley, entre outubro e novembro de 1983, sobre a parrhesia. **Prometeus: filosofia em revista**, Brasília, v. 13, n. 6, edição especial, 114 p, 2013.
- . FOUCAULT, Michel **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014. 176 p.
- KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeira**. Trad. Paulo Fróes. 28º ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. 530 p.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à história da Igreja**. 5ª ed., vol.1, Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1997. 350 p.
- MONTAIGNE, Michel. **Essais**. Paris: PUF, 1978 (tradução brasileira: *Ensaio*, v. 3, trad. Rosemary Costhek Abilio, São Paulo: Martins Fontes, 2000).
- MURARO, Rose Marie. Prefácio. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeira**. Trad. Paulo Fróes. 28º ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. 530 p.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 176 p.
- PEREIRA, Juliana Torres Rodrigues. Bruxaria e o Feminino na visitação inquisitorial ao arcebispado de Braga (1565). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, jan. 2011.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

SOUZA, Laura de Mello. **A Feitiçaria na Europa Moderna**. São Paulo: Editora Ática, 1995. 80 p.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 542 p.

Recebido em fevereiro de 2021.  
Aprovado em abril de 2021.